

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Critério da antiguidade

A lista sêxtuplo com os nomes dos integrantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) na disputa pelo quinto constitucional no Judiciário local ainda não chegou oficialmente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), mas está despertando comentários entre desembargadores. Muitos são favoráveis ao respeito à ordem de antiguidade, prestigiando na escolha da lista tríplice quem tem mais tempo de Casa. Os desembargadores dão tanta importância para essa regra, adotada nas eleições para cargos de chefia no TJDFT, que rejeitaram uma mudança no regimento interno que permitiria que qualquer magistrado se apresentasse para a disputa. A ideia foi colocada na semana passada e rejeitada por 23 a seis.

Quatro procuradores e dois promotores

Na lista sêxtupla, há quatro procuradores de Justiça — membros do MPDFT que atuam na segunda instância — e dois promotores de Justiça. A ordem foi a seguinte: procuradora Selma Sauerbronn (201 votos); procuradora Maria Rosynete de Oliveira Lima (191 votos); procurador Francisco Leite de Oliveira (172 votos); promotor Georges Carlos Moreira Seigneur, atual procurador-geral de Justiça do DF (149 votos); procurador Trajano Sousa de Melo (143 votos); e promotor Fabiano Mendes Rocha Pelloso (119 votos).

PAULO H CARVALHO



Dimmy Falcão/TJDFT



Muito trabalho pela frente

Aos 68 anos, o desembargador Waldir Leôncio Júnior deixará a presidência do TJDFT em abril, mas não o Tribunal. Ele tem seis anos e meio pela frente até atingir a idade para a aposentaria compulsória e deve trabalhar muito ainda. No fim do mandato na administração, ele vai para a 2ª Turma Criminal.

Divulgação PL



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Um Plano B para união com o PL

Uma opção levantada entre aliados do governador para unir os partidos da base seria uma candidatura de Ibaneis Rocha (MDB) a deputado federal, e não mais senador. A expectativa é a de que esse projeto poderia manter o PL na coligação, com as duas candidaturas ao Senado: da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e da deputada federal Bia Kicis. Ibaneis nunca disse que toparia ou pensa nessa alternativa, mas aliados políticos na Câmara Legislativa acreditam que essa mudança de rumos ajudaria muito a candidatura de Celina Leão (PP) ao Palácio do Buriti. Essa decisão não precisa ser tomada agora por Ibaneis. Pode ocorrer apenas no registro das candidaturas.

Ed Alves/CB/D.A Press



Avaliação sobre a nova Lei da Ficha Limpa

Nas reuniões com deputados distritais, o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, que é advogado e conhece bem os trâmites jurídicos, tem dito que dificilmente a Justiça endossará a candidatura de José Roberto Arruda ao GDF neste ano. A expectativa, de acordo com esse entendimento, é de que a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Rede Sustentabilidade contra a Lei Complementar (LC) 219/2025 deve ser julgada procedente. A ação que pede a suspensão integral das alterações feitas pelo Congresso Nacional na Lei da Ficha Limpa foi distribuída à ministra Cármen Lúcia, conhecida pelo rigor nesses temas.

Quatro distritais da base são contra projeto

Dos 17 deputados da base governista, quatro se manifestaram contra o projeto de lei que trata de medidas voltadas para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do BRB: Thiago Manzoni (PL), Rogério Morro da Cruz (PRD), João Cardoso (Avante) e Jorge Vianna (PSD).

13 votos

Tirando esses distritais da base que resistem a votar a favor do projeto do BRB, e os sete deputados da oposição ou independentes — Chico Vigilante, Gabriel Magno, Ricardo Vale, do PT, Max Maciel e Fábio Félix, do PSol, Dayse Amarílio, do PSB, e Paula Belmonte, do PSDB — o governo teria 13 votos, número suficiente para a aprovação. Mas não pode haver nenhuma desistência. Na votação da autorização para compra do Banco Master pelo BRB, houve 14 votos. Da base governista, além de Thiago Manzoni, Joaquim Roriz Neto (PL) e Daniel Donizet (MDB) não participaram da sessão.

Ed Alves/CB/D.A Press



Renúncia e candidatura

O advogado Francisco Caputo, ex-presidente da OAB-DF, apresentou ontem renúncia ao cargo de conselheiro federal suplente da Ordem, ao qual foi eleito em novembro de 2024. Teria mais quase dois anos de mandato pela frente. Kiko Caputo, como é conhecido, tomou a iniciativa de protocolar a renúncia porque está mergulhado em outro projeto: a pré-candidatura ao Palácio do Buriti. A renúncia foi protocolada com efeito irrevogável e irrevogável. Caputo tem se manifestado nas redes sociais em tom crítico ao governo Ibaneis. Os dois sempre foram também adversários nas disputas da OAB-DF.

Platôir Política



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

POLÍTICA / Parlamentares governistas na CLDF se reuniram, ontem, para tratar do projeto de lei que prevê como garantias nove terrenos do GDF para o Banco de Brasília captar cerca de R\$ 6,6 bilhões no mercado financeiro

Base tenta alinhar discurso

» MILA FERREIRA

É unânime entre os deputados da oposição, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a crítica ao projeto de lei do Executivo, que coloca terrenos públicos como garantia para possíveis empréstimos tomados pelo Banco de Brasília (BRB), que podem chegar a R\$ 6,6 bilhões. Entre os parlamentares da base aliada, que representam a maioria na Casa, o clima é de dúvidas e incertezas. Parte dos governistas se reuniu, ontem, na residência do deputado Roosevelt Vilela (PL) para tratar do assunto, mas muitos deles ainda aguardam a reunião com o presidente do banco, Nelson de Souza, para bater o martelo sobre o voto. O encontro acontecerá nesta segunda-feira. Membros do Governo do Distrito Federal (GDF) não foram convidados para a reunião de ontem.

“As modificações na proposta estão sendo analisadas pela equipe técnica do nosso gabinete. Só após essa análise teremos uma posição sobre o novo projeto”, disse, ao **Correio**, a deputada Jaqueline Silva (MDB). Essa é a avaliação da maioria dos deputados da base aliada. Outros preferiram não se manifestar. Não estão convencidos quanto à solução apresentada pelo projeto e aguardam a exposição de motivos

Repórter Carlos Silva



Ainda é incerto o posicionamento dos deputados governistas quanto ao projeto que capitaliza o BRB

do presidente Nelson de Souza, do BRB, para esclarecer as dúvidas e entender melhor o projeto.

Os deputados Jorge Vianna (PSD) e Eduardo Pedrosa (União) se posicionaram na mesma linha. Querem entender melhor no que consiste a nova proposta antes de definirem se votarão a favor. Vale destacar que a base aliada possui 17 parlamentares, a oposição seis e Paula Belmonte (PSDB), declara-se independente. Mas a maioria dos distritais tem se queixado quanto ao conteúdo do novo projeto, que não

contém os valores dos terrenos e o tamanho do rombo no BRB, mostra apenas os endereços dos imóveis e prevê o valor de R\$ 6,6 bilhões como limite nas operações feitas com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou outras instituições financeiras.

Mais detalhes

Dois parlamentares da base se manifestaram publicamente contrários à proposta. Na terça-feira desta semana, Thiago Manzoni (PL) reclamou da falta de

informações mais detalhadas sobre o projeto e o tamanho do rombo. “A proposta é quase um cheque em branco, não tem sequer os valores dos terrenos”, argumentou. A nossa postura de boa-fé, acreditando no que tinha sido apresentado, acarretou uma quebra de confiança. Da primeira vez, também de boa-fé, nós acreditamos e votamos no projeto enviado a esta casa”, destacou, referindo-se ao projeto anterior que tratava da compra do Banco Master pelo BRB e foi aprovado na CLDF em agosto de 2025.

CLDF



As modificações na proposta estão sendo analisadas pela equipe técnica do nosso gabinete. Só após essa análise teremos uma posição sobre o novo projeto”

Jaqueline Silva,
deputada distrital (MDB)

conduziram à aprovação de uma medida temerária”, alegou.

Sob suspeitas de fraudes, o Banco Master foi liquidado em novembro de 2025. O imbróglio com o BRB e as reverberações negativas para Brasília começaram logo depois, quando investigações da Polícia Federal (PF) apontaram que, entre julho de 2024 e outubro de 2025, o BRB transferiu ao Master cerca de R\$ 16,7 bilhões, sendo pelo menos R\$ 12 bilhões destinados à compra de carteiras de crédito falsas, segundo as primeiras investigações, que agora estão sob sigilo.